

**SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**

Mandado de Segurança nº: **0183645-7**

Agravo Regimental nº: **0183645-7/01**

Impetrante: **Severino Gomes Pereira**

Agravante: **Estado de Pernambuco**

Impetrado: **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**

Agravado: **Severino Gomes Pereira**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Acórdão**

*P. 5456*

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196). Detém o cidadão brasileiro, privado do acesso à medicamentos de alto custo e essenciais à manutenção de sua saúde, o direito de receber do Estado a prestação de assistência à saúde conforme fazendo através do o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela a Lei 8.080/90, com ações que proporcionem assistência terapêutica integral e farmacêutica (art. 6º, I, "d"). Segurança concedida no mérito. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Mandado de Segurança nº 0183645-7**, em que figuram como Impetrante **Severino Gomes Pereira**, e como Impetrado o **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, e o **Agravo Regimental nº 0183645-7/01**, em que figura como Agravante o Estado de Pernambuco e como Agravado Severino Gomes Pereira,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conceder-se a Segurança impetrada por **Severino Gomes Pereira**, nos termos do voto do relator, devidamente rubricado, que passa a integrar este julgado. Em consequência, julgou-se prejudicado o Agravo Regimental nº 0183645-7/01 que ataca a decisão interlocutória proferida no *mandamus*.

Recife, *10* de *dezembro* de 2009 .

*Eurico de Barros Correia Filho*  
**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**

RCGA





182

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS	
Mandado de Segurança nº:	0183645-7
Agravo Regimental nº:	0183645-7/01
Impetrante:	Severino Gomes Pereira
Agravante:	Estado de Pernambuco
Impetrado:	Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Agravado:	Severino Gomes Pereira
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho

### Relatório

**Severino Gomes Pereira** impetrou **Mandado de Segurança** contra ato omissivo do Sr. **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, consistente no não fornecimento do medicamento Temozolamida para tratamento de tumor cerebral.

Aduziu o requerente que é portador de um tumor cerebral de alta agressividade e malignidade, cujo tratamento mais viável é a radioterapia e a quimioterapia com o uso do medicamento Temozolamida.

Ressaltou que o direito à percepção do medicamento é assegurado constitucionalmente e que este deve ser o mais adequado e não o menos oneroso ao Estado.

Acrescentou que não tem condições de custear as despesas com a compra do medicamento, razão pela qual procurou a Defensoria Pública do Estado, a qual expediu ofício à Secretaria de Saúde solicitando o fornecimento gratuito da medicação, não obtendo resposta até o presente momento.

Fundamentou o pedido na Constituição Federal e na Carta Estadual, na parte que confere a obrigação do Estado de proteger a saúde de seus constituídos – direito fundamental – bem como na Lei 8.080/90 que atribui aos Estados e aos Municípios o atendimento através do SUS – Sistema Único de Saúde.

Juntou ao pedido os documentos de fls. 19/25, requereu medida liminar e, no mérito, a concessão definitiva da ordem.

Pretensão liminar acolhida através da decisão interlocutória de fls. 31/35, atacada mediante o Agravo Regimental nº0183645-7/01.

Informações da autoridade apontada às fls. 43/54, argüindo a ausência de prova pré-constituída, ante a não comprovação quanto à eficácia do tratamento nem quanto à impossibilidade de utilização de outras drogas no combate dos efeitos da moléstia. Requer a extinção da ação sem resolução do mérito, pela ausência de documentos indispensáveis a sua propositura.

Outrossim, argumentou que inexiste direito líquido e certo da impetrante ao tratamento solicitado, posto não possuir autorização do Ministério da Saúde para fornecer o medicamento requerido. Ressaltou que

atender ao pleito em tela interfere sobremaneira na aplicação dos recursos públicos, alterando-se as prioridades prévias e legalmente estabelecidas, culminando no privilégio de situações individuais e excepcionais como a do demandante em detrimento de um grande número de pessoas também assistidas pelo SUS.

Rogou o impetrado a denegação da segurança.

Parecer da Procuradoria de Justiça pela concessão do mandado de segurança (fls. 61/63).

É o breve relatório.

Inclua-se o feito na pauta de julgamento.

Recife, 27 de novembro de 2009.



**Eurico de Barros Correia Filho**  
Desembargador Relator



**SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**

Mandado de Segurança nº: **0183645-7**

Agravo Regimental nº: **0183645-7/01**

Impetrante: **Severino Gomes Pereira**

Agravante: **Estado de Pernambuco**

Impetrado: **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**

Agravado: **Severino Gomes Pereira**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**VOTO**

Cuida-se de impetração de ordem de mandado de segurança para reconhecimento da proteção do direito à percepção da prestação de assistência à saúde, direito que consiste no fornecimento do medicamento Temozolamida para tratamento de tumor cerebral.

A necessidade da utilização da supracitada substância foi devidamente atestado pela médica oncologista Júlia Lacet (CRM 7679), a qual ressaltou que a não utilização da droga acarretaria o aumento do risco de morte do paciente.

Não resta dúvida que o impetrante tem direito ao medicamento reclamado, sendo dois os pontos primordiais assim concluir: a) manter o bem maior que é a vida; b) a previsão da Carta Magna de que a saúde é direito de todos e dever do Estado (CF, art. 196), também ínsita na Constituição do Estado de Pernambuco, repetindo no art. 159 as mesmas disposições da Lex Fundamental.

Outrossim, a Lei 8.080/90, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), prevê a execução de ações que proporcionem assistência terapêutica integral e farmacêutica aos cidadãos (art. 6º, I, "d"), daí porque o direito do impetrante ter acesso ao medicamento reclamado.

O dispositivo citado tem a seguinte redação:

"Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS:

I - a execução de ações:

(...)

d) **de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica."**

A respeito do tema, esta Corte Estadual, nos dois Grupos de Câmaras Cíveis, vem decidindo, reiteradas vezes, pela concessão das seguranças pleiteadas. Vejamos os julgados a seguir:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (HUMIRA). CONTROLE DO JUDICIÁRIO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. É perfeitamente possível o Judiciário, como forma de preservar o direito à medicação segura e eficaz dos Administrados, sendo este o corolário do direito à saúde



previsto no art. 196 e ss. da CF/88, exercer controle dos atos administrativos emanados do Executivo, inclusive em sua forma omissiva. Dois pontos são primordiais para essa conclusão: primeiro porque a manutenção do bem maior, sua vida, dependia de droga, e segundo porque está previsto na norma máxima que a saúde é direito de todos e dever do Estado. "

(TJPE, mandado de segurança nº 118965-3, Relator Jovaldo Nunes Gomes, DJ 17/12/2008)

Do mesmo modo e em consonância com as normas legais, há uma série de precedentes jurisprudenciais do STJ e STF acerca da matéria e que poderiam ser citados nesta oportunidade, todos fundamentados no direito à vida e à saúde. Todavia, separei dois julgados que detalham com exatidão minha posição, o primeiro do STJ e o segundo do STF. Vejamos o teor de cada um:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (RILUZOL/RILUTEK) POR ENTE PÚBLICO À PESSOA PORTADORA DE DOENÇA GRAVE: ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA (ART. 5º, CAPUT, CF/88) E DIREITO À SAÚDE (ARTS. 6º E 196, CF/88). ILEGALIDADE DA AUTORIDADE COATORA NA EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE FORMALIDADE BUROCRÁTICA. 1 - A existência, a validade, a eficácia e a efetividade da Democracia está na prática dos atos administrativos do Estado voltados para o homem. A eventual ausência de cumprimento de uma formalidade burocrática exigida não pode ser óbice suficiente para impedir a concessão da medida porque não retira, de forma alguma, a gravidade e a urgência da situação da recorrente: a busca para garantia do maior de todos os bens, que é a própria vida. 2 - É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, que é fundamental e está consagrado na Constituição da República nos artigos 6º e 196. 3 - Diante da negativa/omissão do Estado em prestar atendimento à população carente, que não possui meios para a compra de medicamentos necessários à sua sobrevivência, a jurisprudência vem se fortalecendo no sentido de emitir preceitos pelos quais os necessitados podem alcançar o benefício almejado (STF, AG nº 238.328/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 11/05/99; STJ, REsp nº 249.026/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 26/06/2000). 4 - Despicienda de quaisquer comentários a discussão a respeito de ser ou não a regra dos arts. 6º e 196, da CF/88, normas programáticas ou de eficácia imediata. Nenhuma regra hermenêutica pode sobrepor-se ao princípio maior estabelecido, em 1988, na Constituição Brasileira, de que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (art. 196). 5 - Tendo em vista as particularidades do caso concreto, faz-se imprescindível interpretar a lei de forma mais humana, teleológica, em que princípios de ordem ético-jurídica conduzam ao único desfecho justo:



186  
decidir pela preservação da vida. 6 - Não se pode apegar, de forma rígida, à letra fria da lei, e sim, considerá-la com temperamentos, tendo-se em vista a intenção do legislador, mormente perante preceitos maiores insculpidos na Carta Magna garantidores do direito à saúde, à vida e à dignidade humana, devendo-se ressaltar o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos. 7 - Recurso ordinário provido para o fim de compelir o ente público (Estado do Paraná) a fornecer o medicamento Riluzol (Rilutek) indicado para o tratamento da enfermidade da recorrente. (ROMS 11183-PR, DJ 04.09.2000, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, STJ).

"PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196) - PRECEDENTES (STF) - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ- LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS,



dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF." (AGRRE 271.286-RS, DJ, 24.11.2000, parágrafo único. 00101, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, STF).

No mais, não deferida a ordem de segurança pleiteada, certamente incorrerá o julgamento em usurpação do direito constitucional à saúde, com a cumplicidade do Poder Judiciário. A busca pela entrega da prestação jurisdicional deve ser prestigiada, de modo que o cidadão tenha, cada vez mais facilitada, com a contribuição do Poder Judiciário, a sua atuação em sociedade, quer nas relações jurídicas de direito privado, quer nas de direito público.

Com efeito, é evidente que toda imposição jurisdicional à Fazenda Pública implica em dispêndio pecuniário e, por vezes, a necessidade de adequação de recursos. Porém não há infringência à harmonia dos poderes, porquanto no regime democrático e no estado de direito o Estado soberano submete-se à própria justiça que instituiu.

Também não merece prosperar a alegação de que o medicamento requerido não está incluso entre os disponibilizados pela rede pública de saúde, consoante Súmula deste Colendo Tribunal:

Súmula 18: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Desta forma, em situações em que o Estado sujeita-se ao mesmo ordenamento jurídico que rege a todos, inclusive a ele, seguramente o amparo à saúde do cidadão é norma de relevância acentuada, preponderando, em casos especiais, como na hipótese presente, levando a crer ser descabida a alegação de que o impetrante se beneficia do remédio heróico de forma isolada, em detrimento do restante da coletividade.

Outrossim, ante a urgência do uso do medicamento prescrito, não se poderia exigir que a impetrante houvesse aguardar, por tempo indeterminado, uma confirmação escrita da negativa estatal.

É certo que o dever de o Estado garantir a seus cidadãos o direito à vida e à saúde não se confunde com direito de escolha do paciente e seu médico particular de medicamentos específicos. Entretanto, no caso em tela, a autoridade coatora não logrou êxito em demonstrar que o Estado fornece medicamento alternativo viável para tratamento da moléstia do paciente.

Desta feita, em harmonia com a jurisprudência do TJPE, STJ e STF, acima mencionadas, voto no sentido de se conceder a

segurança postulada por Severino Gomes Pereira, ratificando a liminar anteriormente concedida.

Ante a resolução do mérito do Mandado de Segurança, voto no sentido de declarar prejudicado o Agravo Regimental nº 0183645-7/01 que discute a decisão interlocutória proferida no mandamus.

É como voto.

Recife, 16 de Dezembro de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho

Desembargador Relator

RCGA